

AMEAÇA DA PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA PERMANECE

Reportagem do Diário do Nordeste diz que ativos da Cagece permitem que ela seja privatizada.

Página 5

CRISE HÍDRICA

Situação no interior é cada vez mais crítica e Fortaleza poderá não ter água do Castanhão em 2016

A cada mês que passa, o cenário da seca (que já dura quatro anos) torna-se mais dramático. No interior do Estado a situação é grave com vários açudes completamente secos. E Fortaleza não está tão distante de um cenário preocupante. O açude Castanhão está com apenas 15% do volume de água, quantidade que garante abastecimento para Fortaleza somente até meados de 2016, caso as chuvas não venham. E os prognósticos da Funceme até o momento apontam para um quinto ano de estiagem, com chuvas abaixo da média.

A previsão de uma possível falta d'água em Fortaleza em 2016 - já feita por técnicos anteriormente - foi confirmada neste mês de setembro, durante reunião do conselho de representantes do Sindiagua, promovida nos dias 10 e 11 de setembro, na sede do Sindicato. A grave crise hídrica foi mais uma vez discutida pelos trabalhadores durante a reunião. Em palestra, o professor e geólogo Adahil Sena apresentou um novo diagnóstico atualizado das 12 regiões hidrográficas do Ceará. O debate apontou, novamente, que houve inércia do poder público diante da situação de gravidade.



Cenário hídrico do Ceará foi apresentado em reunião do Conselho de Representantes do Sindiagua

Investir em águas subterrâneas, em políticas de reuso e racionar tornaram-se medidas cada vez mais emergenciais. Adahil elogiou a iniciativa do Sindiagua que há mais de dois anos tem promovido uma



Reportagem do Diário do Nordeste comprova possibilidade de faltar água em Fortaleza em 2016

campanha de uso consciente da água. “Essa ação deveria ter partido do poder público, mas o Governo do Estado só tomou atitude semelhante em meados de 2015, porém de forma muito tímida. A sociedade, e em especial, as empresas e o setor do agronegócio, ainda não estão engajadas e continuam desperdiçando água”, avalia Jadson Sarto, presidente do Sindiagua. Para ele, se houvesse uma real política de convivência com a seca, a situação não teria chegado a esse ponto. “As campanhas de racionamento são importantes para combater a cultura do desperdício, mas é preciso ter cuidado para não tratar a população como culpada. Cobrar economia de água da população e deixar indústrias e agronegócio à vontade é inaceitável. As ações do Governo não têm sido capazes de preparar o Estado para a seca. As comunidades rurais ainda são dependentes dos carros-pipa e a água não é distribuída de forma equilibrada e com qualidade”, conclui.

Para Adahil, as empresas do Complexo Portuário do Pecém – que utilizam água do Castanhão – deveriam ter feito um estudo para explorar águas subterrâneas da região antes de se instalarem. “O Estado deveria ter exigido como contrapartida das empresas do Pecém uma política de reuso de água”, completa Jadson.

A direção do Sindiagua vai continuar cobrando do Governo do Estado ações de convivência com o semiárido, entre elas uma campanha massiva de combate ao desperdício.

Previdência e processos trabalhistas são debatidos pelo Conselho de Representantes

Além da crise hídrica, a reunião do Conselho de Representantes, realizada nos dias 10 e 11 de setembro, também debateu outros temas, entre eles a nova fórmula 85/95 para aposentadoria, criada com a Medida Provisória 676 do Governo Federal. Na ocasião, a economista do Dieese contratada pelo Sindiagua, Elizama Paiva, tirou dúvidas da categoria sobre a regra. A fórmula 85/95 significa que o trabalhador pode se aposentar, com 100% do benefício, quando a soma da idade e tempo de contribuição for 85, no caso das mulheres, e 95, no caso dos homens. O tempo mínimo de contribuição para elas é de 30 anos e, para eles, de 35 anos. Vários conselheiros aproveitaram o momento para fazer simulação de aposentadoria.

Os advogados Markes Raphael e Eduardo Aragão fizeram uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido pela assessoria jurídica



Conselheiros do Sindiagua reunidos no novo Espaço "Cultura e Luta", construído na reforma da sede do Sindiagua

do Sindiagua e atualizaram os conselheiros acerca dos processos trabalhistas que se encontram em tramitação na Justiça do Trabalho e na Justiça Estadual, como o cálculo das horas

extras, que está em fase de execução de setença.

No segundo dia da reunião, os trabalhadores apresentaram informes sobre o andamento das campanhas salariais, além de demandas da categoria.

Durante os informes, os conselheiros elogiaram a reforma da sede do Sindicato, que ganhou nova pintura e mais espaços nos dormitórios, estacionamento, além de uma área para realização de plenárias, assembleias e atividades culturais denominada Espaço Cultura e Luta.



Cagece confirma licitação para terceirizar fiscalização de obras. Sindiagua cobra valorização de funcionários de carreira e convocação do cadastro de reserva.

Durante a última reunião da MENP, a direção do Sindiagua questionou a veracidade da informação de que a diretoria da Cagece estaria elaborando um edital de licitação para contratar uma nova empresa terceirizada, desta vez com o objetivo de prestar serviço de supervisão e fiscalização de obras de saneamento. A comissão da Cagece confirmou a informação e disse que a licitação está sendo feita através da modalidade técnica e preço e a fase de técnica já está sendo finalizada restando a fase de preço. A direção do Sindicato, juntamente com sua assessoria jurídica, alertou que vai analisar o edital da licitação e, caso constate que a intenção é contratar

funcionários para fiscalizar obras, vai tomar as providências cabíveis, tendo em vista que se trata de uma atividade-fim da empresa.

"Não é aceitável que a Cagece entregue os serviços que são de sua responsabilidade direta nas mãos da iniciativa privada. Por isso, nós cobramos mais uma vez, durante a reunião da MENP, projeto de lei para aumentar o número do quadro de vagas de empregados próprios, além da convocação do cadastro de reserva", criticou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua. A comissão da Cagece sugeriu a abertura de um canal de comunicação com as áreas responsáveis pela licitação para esclarecer o Edital.



Confira um resumo da última reunião da MENP

No dia 8 de setembro, representantes do Sindiagua e da Cagece se reuniram em mais uma reunião da Mesa de Negociação Permanente. Confira um resumo dos principais pontos discutidos:

Vale Cultura - Comissão da Cagece informou que houve o pregão no dia 02/09 para contratar a empresa que vai fornecer o cartão do Vale-cultura. As empresas participantes empataram em suas propostas, diante disto foi realizado sorteio no dia 08/09 que definiu uma empresa vencedora. Nesse momento a empresa está em fase de habilitação e análise de documento, etapas necessárias para cumprir os trâmites de contratação.

Estacionamento na Praça do Vaqueiro – A Cagece apresentou ao Sindiagua ofício da Infraero comunicando que foi feita uma licitação de empresa privada para exploração dos serviços do estacionamento da Praça do Vaqueiro. A referida empresa propôs à Cagece uma mensalidade no valor de R\$ 80 reais para os trabalhadores da Companhia que quiserem estacionar o carro na Praça. A direção do Sindiagua solicitou verbalmente - e, posteriormente, por meio de ofício - que a Cagece subsidie o custo do estacionamento para os funcionários que não tem acesso ao estacionamento interno. Comissão levará pleito do Sindiagua à diretoria da Companhia.

Adicional de Penosidade – a Cagece informou que o estudo do Adicional de Penosidade já foi concluído e apresentado ao Diretor de Gestão Corporativa. O próximo passo é apresentar à Diretoria Coletiva da Companhia para deliberação. A expectativa, segundo informado pela Cagece, é de

que na próxima reunião da MENP já tenha uma proposta a ser apresentada ao Sindiagua.

Processo Horas-extras - O processo está na fase de liquidação da sentença. A Justiça está fazendo os cálculos dos valores.

Acesso a ETA GAVIÃO - Sindiagua solicitou que a Cagece viabilize junto à Prefeitura a recuperação do pavimento de acesso às dependências da ETA Gavião. A entidade alertou que o atual estado da via compromete a segurança dos funcionários e até mesmo o tempo de acesso prejudicando a velocidade da manutenção.

Acesso do SINDIAGUA às dependências da Cagece - A direção do Sindiagua informou que os vigilantes não estavam permitindo acesso às dependências de funcionários integrantes da direção do Sindicato. Os representantes da Cagece informaram que está sendo elaborado uma norma interna para regulamentar o acesso às suas dependências, e que os representantes do Sindiagua serão colocados como visitantes especiais. A empresa solicitou que todos portem os crachás de identificação para cumprir a norma interna.

Reembolso Medicamentos - A direção do Sindiagua informou que médicos estão se recusando a fornecer a declaração com as informações que atestem que o medicamento é de uso contínuo, tendo em vista que a própria receita médica já é suficiente. A entidade questionou a necessidade da cobrança desta declaração. A Gepes informa que na Norma Interna se prevê um documento que mostre o quadro clínico do usuário e a necessidade de uso contínuo do medicamento. O

Sindicato enviou ofício à Cagece apresentando as dificuldades que os trabalhadores estão encontrando para atender a norma interna e solicitando adequação na mesma para o cumprimento do Acordo Coletivo.

Concurso Público – Sindiagua cobrou a convocação de novos aprovados no concurso e a ampliação do cadastro de reserva, uma vez que alguns cargos, devido às convocações feitas, já contam com poucos nomes no quadro de reserva. O Sindicato informou que não há impedimentos jurídicos a esta demanda. A entidade solicitou também verificar a possibilidade de contratação de Técnico em Eletrotécnica, uma vez que foram chamados três técnicos e dois desistiram, quando no Edital estão previstas duas vagas. O Sindiagua alertou ainda que a lei exige que a cada 20 chamados para preencher vagas, um deve ser deficiente, e que este número está próximo. A entidade reforçou a necessidade de ampliar o quadro de vagas geral, para que novas convocações sejam efetuadas. Comissão da Cagece vai analisar o pleito.

Plano Odontológico – Sindiagua questionou novamente a possibilidade de a entidade ofertar o plano odontológico aos trabalhadores, mediante desconto em contracheque. A comissão da Cagece informou que este pedido foi levado ao Diretor de Gestão Corporativa, e que o mesmo pediu que o Sindiagua formalizasse este pedido através de processo administrativo, explicando com detalhes como seria este plano, para análise da Diretoria Colegiada.

Vitória do Sindiagua e trabalhadores da Cagece! Adicional noturno começará a ser pago no dia 01/10.

Em audiência realizada na 11ª Vara da Justiça do Trabalho do Ceará, no dia 21/09, em Fortaleza, ficou acordado que a Cagece começará a pagar no dia 01/10 (em folha suplementar) o retroativo do percentual de 120% do adicional noturno a cerca de 50 trabalhadores da



Direção do Sindiagua e assessoria jurídica após audiência na Justiça do Trabalho sobre pagamento do adicional noturno

ETA-Gavião e dos operadores das elevatórias de água da empresa. O benefício havia sido reduzido pela Cagece em 2009 para 20%. O pagamento, fruto de uma ação judicial apresentada pelo Sindiagua,

pede que seja informada com rapidez caso algum trabalhador(a) não receba dentro das datas definidas pela Justiça do Trabalho algumas das parcelas do pagamento retroativo. Confira na tabela ao lado o calendário com as datas de pagamento.

Essa é mais uma importante vitória do Sindiagua e dos trabalhadores obtida na Justiça. Uma vitória que ganhou, inclusive,

será efetuado de forma parcelada, conforme acordo já firmado anteriormente com a categoria envolvida na ação e beneficiada com a decisão da Justiça. Ao todo, serão pagos cerca de R\$ 1,9 milhão.

A direção do Sindicato



Política Eleições Cidade Interior Polícia Saúde Dia a Dia Esporte Col

21/09/2015 08:45 (atualizado em 22/09/2015 18:45)

BALANÇO

Semana da Execução Trabalhista no Ceará termina com R\$ 3,8 milhões em acordos

NOTÍCIA

(jornalismo@cearaneWS7.com.br)

f t

O primeiro dia da Semana da Execução Trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, segunda-feira (21/9), rendeu R\$ 3,8 milhões em acordos para trabalhadores. Nas 37 varas do trabalho do Estado, foram realizadas 210 audiências e homologados R\$ 3,2 milhões. No TRT/CE, 24 audiências resultaram em 10 acordos, que somaram R\$ 539 mil.

Destaque para um acordo de R\$ 1,9 milhão realizado pela 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Na ação, empregados da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) pediram que o percentual de adicional noturno de 120%, reduzido para de 20% em 2009, fosse restabelecido. A proposta foi aceita pela empresa e o acordo celebrado vai beneficiar 47 trabalhadores da Cagece.

Acordo teve destaque no portal CearáNews7

destaque na mídia cearense como um dos acordos mais impactantes na Semana da Execução Trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho do Ceará.

Vale lembrar que, além do adicional-noturno, o processo relativo ao pagamento das horas extras está em fase de execução.

DATAS DE PAGAMENTO DO ADICIONAL NOTURNO

| | | | |
|------------|------------|------------|------------|
| 1ª PARCELA | 01/10/2015 | 4ª PARCELA | 04/01/2016 |
| 2ª PARCELA | 03/11/2015 | 5ª PARCELA | 01/02/2016 |
| 3ª PARCELA | 01/12/2015 | 6ª PARCELA | 01/03/2016 |

Campanhas salariais em andamento no interior e na Cogerh

No dia 22 de setembro foi realizada a quinta rodada de negociação da campanha salarial dos trabalhadores da Cogerh. Durante a reunião com o presidente da Companhia, João Lúcio, foram debatidos pontos da proposta apresentada pela empresa que não foram aceitos pela categoria, entre eles PCCs, Plano de Aposentadoria Complementar, Banco de Horas e Participação nos Resultados (PR).



Reunião de negociação com presidente da Cogerh

O presidente da Cogerh ficou de apresentar uma nova proposta de redação para as cláusulas discutidas, para, então, o Sindiagua levar à categoria em Assembleia Geral a ser marcada. A direção do Sindiagua aproveitou para cobrar mais uma vez a convocação do cadastro de reserva e a prorrogação do concurso público. O presidente da Cogerh acatou a reivindicação e concordou em incluir a prorrogação do concurso por mais dois anos no Acordo Coletivo que está sendo construído. O presidente da Cogerh informou ainda que fará um levantamento dos cargos necessários a serem ocupados. Além do presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, estiveram presentes o empregado da Cogerh, Henrique Rolim (delegado

sindical), a economista contratada do DIEESE, Elizama Paiva, e representantes da associação dos empregados.

Direção do Sindiagua presente no interior - A direção do Sindiagua fez mais uma rodada de visitas a cidades do interior para dar suporte aos trabalhadores que estão realizando campanhas salariais. As visitas também tiveram o intuito de ouvir demandas e apoiar nos processos judiciais. Nos dias 22 e 23 de setembro, foram visitados municípios como Crato, Icó e Iguatu.

Os trabalhadores de Icó, em reunião com o Sindiagua, decidiram que caso o projeto de lei que estabelece o reajuste salarial acordado (com percentual variável entre 12% e 16%) não seja votado na Câmara Municipal até o dia 08/10, será realizada uma mobilização da categoria. Os trabalhadores do SAAE de Iguatu também decidiram que farão mobilização caso o projeto de lei relativo ao Vale-alimentação, PCCR e adicional de insalubridade não seja votado na Câmara Municipal até o dia 07/10.

Sindiagua cobra PCCS - a direção do Sindiagua volta a cobrar dos SAAEs a implementação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Propostas já



Reunião com trabalhadores do SAAE de Icó



Reunião com trabalhadores do SAAE de Iguatu

foram feitas pelo Sindicato com o auxílio da profissional de Economia do DIEESE contratada pela entidade, Elizama Paiva, inclusive com simulação de impacto financeiro. Está na hora dos SAAEs de Morada Nova e Jaguaribe cumprirem com que que foi assumido.

Lei aprovada em Canindé valoriza servidor de carreira

Os trabalhadores do SAAE de Canindé, juntamente com o Sindiagua, obtiveram uma importante conquista. Foi aprovada na Câmara Municipal lei 2.285/2015 que determina que o presidente da autarquia seja um funcionário efetivo de carreira, eleito por voto dos próprios servidores. A medida além de valorizar o quadro técnico do SAAE, oferece mais autonomia à autarquia. Parabéns aos trabalhadores do SAAE de Canindé pela importante vitória.

Trabalhadores do interior são beneficiados com ações judiciais

A atual gestão do Sindiagua, através da sua assessoria jurídica, tem alcançado, juntamente com a categoria, importantes conquistas em processos judiciais não apenas na Cagece, mas também nas cidades do interior. Veja abaixo um resumo das últimas conquistas em favor do trabalhador:

SAAE de Icó - A Justiça Estadual julgou favorável aos trabalhadores do SAAE de Icó, Francisco Abeniso das Neves e Ildvan Silva dos Santos, processo movido pela assessoria jurídica do Sindiagua que questionava advertência da autarquia aplicada em 2009 contra os dois servidores. Na ocasião, a direção do SAAE publicou portaria em mural localizado no salão principal da sede da autarquia com advertência aos empregados por terem se ausentado do trabalho para participarem de evento de posse dos delegados sindicais eleitos na época. No entanto, a direção do Sindiagua havia previamente comunicado ao SAAE sobre o evento e solicitado a presença de ambos.

A decisão da Justiça declarou nula o ato administrativo que aplicou a advertência através de

portaria e condenou o SAAE a pagar três mil reais a cada um dos servidores por danos morais. É mais uma vitória obtida pelos trabalhadores e pelo Sindiagua na Justiça em favor da categoria!

SAAEC - Foi concluído em favor do trabalhador Raimundo de Castro (Mundeza), da SAAEC Crato, o processo (número 0000413-58.2013.5.07.0027) que tramitava há cerca de dois anos na Justiça do Trabalho (1ª Vara do Trabalho do Cariri). A empresa havia entrado com inquérito para apuração de falta grave contra o empregado, mas a defesa apresentada pela assessoria jurídica do Sindiagua conseguiu reverter o processo e a SAAEC foi condenada a pagar um montante de cerca 50 mil reais ao trabalhador. Uma parte desse valor havia sido recebida pelo empregado e no dia 23/09 foram recebidos R\$ 36.503,02. O processo segue tramitando na Justiça para tratar do pagamento de multas e juros.

SAAE de Camocim - Por ordem judicial, o trabalhador Márcio Augusto Santos Gomes será reintegrado ao SAAE de Camocim, após ter sido exonerado pela direção da autarquia em 2013 por meio

Direção do Sindiagua e assessoria jurídica da entidade celebram com Raimundo de Castro (Mundeza) vitória da Justiça



de ato administrativo repleto de falhas.

SAAE de Sobral - O Sindiagua ingressou na Justiça em 2013 com ação de invasão de base territorial cometida por outra entidade sindical. A direção do Sindiagua aguarda e cobra posicionamento da Justiça.

Fantasma da privatização volta a aparecer

Reportagem veiculada no jornal Diário do Nordeste, no dia 15/09, divulgou dados de um levantamento feito por uma empresa de consultoria contratada pela Arce (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará) sobre os ativos da Cagece. De acordo com o estudo – feito, segundo a reportagem, com o objetivo de estabelecer um novo modelo tarifário - os bens patrimoniais da empresa valem R\$3,3 bilhões.

Porém, o que mais chamou a atenção foi o primeiro parágrafo da reportagem que afirma que, com esse levantamento, “a Cagece já pode entrar no rol de concessões de empresas estaduais passíveis de serem transferidas para gestão da iniciativa privada, caso haja interesse do Governo do Estado e de investidores”.

Não é de hoje que o setor de saneamento tem sido visto como uma mina de ouro para grandes grupos empresariais que cada vez tentam avançar sobre o serviço de abastecimento e esgotamento sanitário no Brasil, principalmente por meios de PPPs e



terceirizações. Bom lembrar que há casos mais graves como os de Tocantins e Santa Catarina, onde ações das companhias de saneamento foram vendidas para empresas privadas.

A reportagem do Diário do Nordeste é mais uma alerta aos trabalhadores e à sociedade e mostra a privatização da água, sempre tão

combatida pelo Sindiagua, ainda é uma forte ameaça. Vale lembrar que notícias divulgando a intenção do governo do estado de privatizar a Cagece já foram veiculadas nos últimos anos em boletins informativos do ramo de venda de ações. E, sob intenso protesto do Sindiagua e dos trabalhadores, em 2013 o Governo do Estado conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa projeto de lei que permite a Cagece se coligar com a iniciativa privada.

Pedimos aos trabalhadores que fiquem atentos. Divulgamos recentemente em boletins informativos notícias que mostram o quão maléfica é a privatização do setor de saneamento e da água, um bem tão precioso e vital para a vida humana. Em vários países, empresas de saneamento estão sendo reestatizadas. Em 15 anos, 235 cidades e cerca de 106 milhões de habitantes retomaram a gestão do tratamento e fornecimento de água das mãos de empresas privadas, entre elas grandes capitais como Berlim, Paris e Buenos Aires. Descumprimento de promessas previstas em contratos, redução dos investimentos, descuido com a qualidade do serviço prestado e aumento das tarifas são os principais motivos que estão levando a retomada do serviço de saneamento às mãos do Estado.

O Sindiagua espera do Governo do Estado e da Cagece garantias de que o levantamento feito sobre os ativos da Cagece não são um passo para a venda da empresa à iniciativa privada.

Ainda pagamos a conta da privatização do setor elétrico

E não é só no setor de saneamento que as privatizações causam prejuízos à sociedade e aos trabalhadores. Ninguém pode esquecer da conta que pagamos até hoje com a privatização do setor elétrico. A COELCE foi privatizada em 02 de abril de 1998. Na época a empresa tinha receita de 581 milhões. Após 17 anos de desestatização da companhia sua receita mais que quintuplicou, seu lucro cresceu mais de 10 vezes, sendo que o número de clientes cresceu 136% e a tarifa mais que dobrou (235%), ou seja, variação acima da inflação oficial do período (INPC 197%). Esses dados reafirmam os números publicados pelo BNDES, quando publicaram o estudo: Por que as tarifas foram para os céus?

A publicação surgiu quase como um pedido de desculpas do Banco pelas consequências geradas com a privatização. Afirma que “o novo modelo transformou o melhor sistema elétrico de grande porte do mundo em uma máquina de ganhar dinheiro à custa do bolso do consumidor, do erário público e da competitividade da indústria nacional”.

Hoje, segundo a International Energy

Agency (IEA), o Brasil possui a décima energia residencial mais cara do mundo. Muitos autores defendem que o País deve pensar em voltar ao sistema público com é na França, Canadá, Noruega e no sistema hidrelétrico norte-americano. Vários locais, após terem experiências desagradáveis, resolveram por remunicipalizar os serviços de água e esgoto: Accr(Ghana), Berlin (Germany), Buenos Aires (Argentina), Budapest (Hungary), Kuala Lumpur (Malaysia), La Paz (Bolívia), Maputo (Mozambique) e Paris (França).

De modo geral, essa não é uma proposta estatizante ou anticapitalista. É a constatação de que a energia elétrica e a água são bens públicos. Na verdade nunca deixaram de ser públicos. O que tem ocorrido é apenas tentativa malsucedida de maquiagem uma falsa concorrência que gera muito lucro privado e custa muito caro ao consumidor. Cabe à sociedade indagar qual a lógica que prevalece na privatização: a de produção de um serviço de natureza pública ou apenas a lógica econômica em que a energia é um produto como outro qualquer e, portanto, submetido estritamente às regras de mercado?

Fonte: Dieese

Em defesa da segurança no trabalho

Fortaleza sediou, nos dias 10 e 11 de setembro, o 1º Seminário Nordestino do Programa Trabalho Seguro, organizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. A funcionária da Cagece Linaide Crispim, diretora do Sindiagua, participou do evento que contou com palestras sobre prevenção de acidentes de trabalho, sobre saúde e segurança do trabalho e também sobre o impacto dos acidentes de trabalho na previdência social. Ao final do evento, gestores do Programa Trabalho Seguro de todo o Brasil apresentaram uma moção em defesa da manutenção da Norma Regulamentadora 12 (NR 12), do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece requisitos necessários para a segurança na operação de máquinas e equipamentos prevenindo acidentes. Tramitam no Congresso Nacional propostas legislativas - criadas a partir de pressões do setor empresarial - que visam suspender a vigência da Norma. O cancelamento da Norma representa um risco aos trabalhadores e ao próprio Estado. Dados do Ministério da Previdência Social indicam que de 2011 a 2013 ocorreram 221.843 acidentes com máquinas, o que representa 17% dos acidentes de trabalho típicos ocorridos no período.

Descaso com a saúde do trabalhador

A direção do Sindiagua recebeu a notícia de que recentemente um trabalhador procurou um médico em um dos locais de trabalho da Cagece para medir a pressão quando foi surpreendido ao saber que a empresa não dispunha no momento de aparelho para medição. A direção do Sindicato repudia tamanho descaso com a saúde do trabalhador. A falta de um equipamento tão elementar não pode ser aceita e representa um risco à saúde de todos que fazem parte da Companhia. O Sindiagua cobra da direção da Cagece providências urgentes.

Associado do Sindiagua tem direito a benefícios!

Sindiagua oferece aos aposentados consultoria na área previdenciária

A direção do Sindiagua está disponibilizando à categoria um profissional especializado em Direito Previdenciário para ajudar os trabalhadores interessados em ingressar com ação judicial relativa à desaposentação. O profissional cobrará 20% sobre cada ação, com pagamento a ser efetuado após o recebimento do crédito que decorrer da procedência do ganho da ação. O benefício pode se estender aos pais e avós dos associados. A direção do Sindiagua alerta à categoria para ter cuidado com escritórios de advocacia que não possuem vínculo com a categoria nem compromisso e experiência com a classe trabalhadora. O Sindicato orienta aos associados a consultarem a entidade sobre o assunto e convida todos os interessados a participarem de uma palestra com especialista que será realizada no dia 09/10, às 14h, na sede da entidade, abordando os temas: Aposentadoria Especial, Desaposentação, Mini-reforma da Previdência Social e Fator Previdenciário. A palestra terá como público-alvo aposentados que continuam trabalhando e aposentados afastados. O palestrante é o especialista Jorge Queiroz, Mestre em Direito Público, ex-chefe da Divisão de Benefícios do INSS e ex-gerente executivo do INSS.

A direção do Sindiagua tem buscado firmar parcerias com empresas para oferecer vantagens e descontos em produtos e serviços aos seus associados(as). Uma dessas vantagens – que está sendo disponibilizada a partir do mês de outubro – é o desconto no serviço de rastreamento de veículos por satélite, que oferece maior segurança em casos de roubo do automóvel particular e sequestros relâmpagos. Além do rastreamento, a instalação inclui o botão do pânico, que quando acionado durante uma tentativa de sequestro relâmpago mobiliza o policiamento para interceptar o veículo rastreado.

O preço médio de mercado tanto da instalação quanto da mensalidade do serviço varia de 100 a 150 reais. A empresa pesquisada pelo Sindicato (Link Monitoramento e Rastreamento) está oferecendo a instalação e a mensalidade pelo preço de R\$59,90 cada. O desconto vale para associados e dependentes: esposo(a), filhos(as), pai e mãe. Os(as) interessados(as) devem solicitar com o Sindicato uma autorização de uso do desconto. No caso dos dependentes, o(a) associado(a) deve apresentar documento de comprovação do parentesco.

Para trabalhadores que moram no interior do Estado, é necessário formar um grupo de dez interessados por município a fim de que a empresa possa fazer o deslocamento até o local onde efetuará a instalação.

Em breve novas parcerias virão com novas vantagens aos associados(as).

Transferências com assédio moral não!

A direção do Sindiagua recebeu informações de que supervisores estariam sendo transferidos de unidades de negócio pela diretoria da Cagece de forma intempestiva e unilateral. Segundo as informações recebidas, os supervisores que discordam das transferências estariam sofrendo ameaças, como perda de cargo ou de benefícios. O Sindiagua repudia qualquer ação que provoque assédio moral nos trabalhadores e cobra esclarecimentos da Cagece a fim de verificar se as denúncias são verídicas.

A entidade lembra que o serviço prestado pelas unidades de negócio é fundamental e aproveita para questionar: a direção da Companhia sabe que as unidades de negócio tiveram origem nos antigos SIGMAs? A direção da Cagece sabe o que foram os SIGMAs? Quem conhece a história da Cagece sabe que os SIGMAs foram criados para descentralizar os serviços de operação e manutenção de água e esgoto, deixando a empresa mais próxima das comunidades e deixando os empregados mais próximos dos seus locais de trabalho. É preciso, portanto, muita cautela e planejamento para mexer com a estrutura do trabalho da Cagece no campo.

Não podemos admitir atitudes amadoras na gestão de uma empresa tão grande e essencial como a Cagece, como, por exemplo, retirar profissionais que conhecem e possuem experiência em um setor e colocá-los (de forma abrupta) em outro local que não conhecem. A Cagece não pode se dar ao luxo, principalmente nesse momento, de tomar atitudes que com certeza prejudicam a eficiência dos serviços para clientes e empregados. Porque não agilizar processos para que não falem mais materiais de manutenção e operação? Porque não diminuir a quantidade de cargos comissionados junto à diretoria que incham a folha de pagamento? Porque não agilizar a convocação do cadastro de reserva do último concurso?

Os trabalhadores que se sentirem assediados moralmente podem procurar a assessoria jurídica do Sindiagua para que sejam tomadas as providências cabíveis.

NOTA DE PESAR

A direção do Sindiagua manifesta pesar e solidariedade pelo falecimento do Sr. Ezequiel Soares de Oliveira, pai da companheira e diretora do Sindiagua, Ana Lúcia de Oliveira Marcelino e do companheiro José Lucivaldo Soares de oliveira (UN-MTO); do Sr. Raimundo Coelho de Holanda, pai do companheiro José Almir de Souza Coelho (UNBPA); da Sra. Francisca Francineide Cavalcante Araújo, mãe das companheiras Marcia Gleide Cavalcante de Araújo e Francisca Cavalcante de Araújo (UNBSA); de José Nilton da Cruz, filho do companheiro aposentado Gilberto Salustriano da Cruz (UNBSA); do companheiro Francisco de Jesus Farias (UNMTO); e da Sra. Antonieta Mesquita da Silva, mãe da companheira Maria de Fátima Mesquita da Silva (Ouidoria Cagece).



Informativo produzido pelo Sindiagua - Direção executiva: Jadson Sarto Angelo Oliveira de Pontes, Haroldo Heitor Ribeiro, Antonio de Oliveira, Joel Lopes de Sales Bastos, Antonio Marcus Vinícius C. Guerra, Antonio Carlos de Sá Brandão, Aluisio Sergio Novais Eleutério, Linaide Silva Crispim, Ana Lúcia de Oliveira Marcelino, Francisco de Assis Pereira da Silva e Fabíola Maia Costa Lima - Diagramação e textos: Paulo Marcelo Freitas (CE01196JP) - Endereço: Rua Solon Pinheiro, 745 Fortaleza/CE CEP: 60050-040 - Fone: 85 3254.4097 - sindiagua@sindiagua.org.br



Comunicação Sindiagua



Sindiagua_ce



www.sindiagua.org.br